

Derly Barreto

De: "Chapa Novos Tempos" <chapanovostempos20172018@gmail.com>
Data: quarta-feira, 30 de novembro de 2016 12:57
Para: "DERLY BARRETO E SILVA FILHO" <derlybarreto@terra.com.br>
Assunto: CONHEÇA OS COMPROMISSOS DA CHAPA NOVOS TEMPOS!

COLEGA DERLY BARRETO E SILVA FILHO ,

CONHEÇA OS COMPROMISSOS DA CHAPA NOVOS TEMPOS.

CONSELHO DA PGE - BIÊNIO 2017/2018 CHAPA NOVOS TEMPOS

NOSSOS COMPROMISSOS

1. Independência, Transparência e Representatividade

Nosso compromisso é exclusivamente com a nossa Instituição, com os Procuradores e com os servidores. O relacionamento com o Gabinete e a Corregedoria, órgãos igualmente superiores da Instituição, bem como com as entidades de classe, será marcado por absoluto respeito, mas com a **indispensável independência, transparência e representatividade.**

2. Combatividade com serenidade, seriedade e respeito

Somos todos colegas, somos todos Procuradores. As divergências devem existir apenas no plano das ideias, pois, indistintamente, todos querem uma Instituição sempre melhor. Refutamos o discurso maniqueísta, sectário e derrotista. A postura de embate pelo embate se mostrou improdutiva e levou à estagnação da Instituição e a desunião da Carreira. Esse tipo de atuação nos traz até hoje reflexos negativos.

3. Debate, diálogo, persuasão e consenso

Em uma Instituição que reúne profissionais de tão elevada capacidade intelectual é natural a existência de divergências, que devem ser solucionadas com exaustivo debate e diálogo sob a perspectiva de sempre

alcançar um consenso em que a Instituição e seus integrantes saiam fortalecidos e mais unidos. Não teremos receio de saudar as boas iniciativas do comando institucional, assim como não nos furtaremos a apontar as omissões e questionar os atos de gestão que não parecerem adequados.

4. Instrumentos para estimular a participação dos Procuradores: audiências públicas, reuniões temáticas, transmissão on line, visitas às Unidades, plantão dos Conselheiros...

O Conselho deve ser a caixa de ressonância política da Instituição. Um dos papéis fundamentais dos Conselheiros eleitos é estabelecer a ponte de ligação entre os Procuradores e os Órgãos Superiores. Comprometemo-nos com:

a) AUDIÊNCIA PÚBLICA - Ouvir diretamente a opinião dos Procuradores do Estado sobre temas mais relevantes e essenciais é uma prática que precisa ser retomada. Por exemplo, neste ano, se falou em avaliação subjetiva de peças para o Concurso de Promoção, mas não houve sequer um debate mais aprofundado do tema, o que poderia ter acontecido se tivesse sido convocada pelo Conselho uma audiência pública para debater essa questão.

b) REUNIÕES TEMÁTICAS - Nas reuniões ordinárias do Conselho, muitas discussões e propostas interessantes acabam se perdendo em razão da forma dispersa e difusa com que os assuntos são abordados. Além das reuniões no formato tradicional, queremos introduzir a prática de convocar reuniões temáticas, em que podemos, inclusive, convidar pessoas de fora da Carreira para se manifestar sobre o tema e conhecer as realidades das instituições e órgãos que representam.

c) VISITAS ÀS UNIDADES - A par das reuniões do Conselho realizadas nas sedes das Regionais, queremos também visitar todas as Unidades da Capital e do Interior para conhecer a realidade de cada uma e aprofundar o debate dos temas mais relevantes. O Conselheiro eleito precisa estar sempre próximo dos colegas que representa.

d) CONSELHEIRO PLANTONISTA - Retomaremos a prática de um conselheiro eleito por semana permanecer um período no Conselho, quando os Procuradores poderão entrar em contato para solicitar orientação e

solucionar dúvidas.

e) INTERNET, REDES SOCIAIS, VIDEOCONFERÊNCIA - A última inovação relativa à comunicação do Conselho com a Carreira foi a divulgação do áudio da sessão do Conselho. De lá para cá, não obstante os sensíveis avanços tecnológicos ocorridos, pouco ou nada se avançou. Lutaremos para a transmissão "on line" das reuniões do Conselho e a realização de atividades interativas que permitam ampliar a participação dos colegas, além de manter um canal de comunicação pelo WhatsApp.

f) CONSELHEIRO VINCULADO - Somos 16 Procuradoras e Procuradores e - independentemente de ser titular ou suplente - estamos dispostos a trabalhar muito pela nossa Instituição. Cada um de nós ficará responsável pelo contato direto com cada uma das Unidades, estreitando o relacionamento com os colegas e conhecendo com rapidez os problemas enfrentados.

g) CRONOGRAMA DOS TEMAS A SEREM DISCUTIDOS - Nas primeiras reuniões do Conselho, buscaremos acertar com os membros natos uma agenda comum de debate sobre os temas mais relevantes, com estabelecimento das datas respectivas, para ampla divulgação para a Carreira, a fim de que mais colegas participem.

5. Racionalização e Valorização do trabalho dos Procuradores do Estado

O Conselho deve dar início ao debate visando ao estabelecimento de:

- a. padrões materiais minimamente necessários para a boa execução das atribuições pelos Procuradores do Estado;
- b. critérios objetivos e transparentes para o dimensionamento de bancas e distribuição de serviço;
- c. critérios que devem nortear a proposta de fixação ou alteração do número de Procuradores destinados aos órgãos de execução, levando em consideração a real situação das Unidades e o excesso de serviço;

- d. medidas de aferição dos fatos geradores de litigiosidade, cobrando do Gabinete ações para sua efetiva prevenção e redução;
- e. medidas emergenciais para aliviar o excesso de serviço causado pela número insuficiente de Procuradores do Estado;
- f. medidas de racionalização do serviço, como a especialização por núcleos temáticos e desterritorialização, que devem ser adotadas em situações pontuais e específicas (advocacia de massa) ou provisoriamente em situações emergenciais (diminuição de excesso de serviço em determinadas unidades), evitando, contudo, que as medidas adotadas em situações emergenciais se perpetuem, bem com evitar que, em decorrência da adoção de medidas de racionalização de serviço, seja criada na prática a distinção entre procuradores.

6. Velar pela Prerrogativas

O Conselho da PGE tem a especial missão de zelar e de lutar intransigentemente pelas prerrogativas dos Procuradores do Estado. Este é o compromisso dos integrantes da Chapa Novos Tempos. Estaremos muito atentos e vigilantes a todas medidas que possam afetar os Procuradores do Estado, não permitindo, por exemplo, que remoções ex officio sejam feitas sem que haja a concordância do interessado.

7. Orçamento da PGE

Uma das novas atribuições do Conselho da PGE, trazida pela Nova Lei Orgânica (LC n. 1270, de 25.8.2015), é opinar sobre a proposta de orçamento anual da Procuradoria Geral do Estado. Contudo, para opinar, é necessário ouvir todas as unidades a respeito de suas necessidades. Queremos, desde logo, iniciar essa discussão a partir da análise do orçamento de 2017, a fim de que, no prazo de encaminhamento da proposta orçamentária ao Governo, o Conselho possa exercer efetivamente essa atribuição.

8. Propor ao PGE medidas concernentes ao aperfeiçoamento, estrutura e funcionamento da PGE.

Cabe ao Conselho propor ao Procurador Geral a adoção de medidas

concernentes ao aperfeiçoamento, estrutura e funcionamento da PGE. Nesse campo, acostumados a atuar na linha de frente da Instituição, muitas vezes cumulando atribuições, não nos faltam propostas factíveis que podem efetivamente contribuir para a melhoria de nossa Instituição nas suas três áreas de atuação. Sem intenção de exaurir o tema, uma das propostas que representam esses Novos Tempos é a "Execução Invertida", em que os órgãos de pessoal do Estado passariam a fornecer os cálculos atualizados especialmente nas ações envolvendo direito de servidores públicos, levando à racionalização do trabalho e à economia do Estado.

9. Concurso de Ingresso

Atuaremos de maneira incessante para que o Concurso de Ingresso se realize com maior brevidade, em face da situação crítica em que se encontram todas as unidades da Procuradoria Geral do Estado, sobrecarregando os colegas muito além do limite razoável.

10. Novos Servidores e Carreira de Apoio

Lutaremos pelo encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa para a criação de uma carreira de apoio no âmbito da PGE. Além disso, iremos propor ao comando institucional para que requeira aos diversos órgãos do Estado a cessão de funcionários que possam vir a executar atividades administrativas enquanto os quadros próprios não são preenchidos.

11. Centro de Estudos e Escola Superior

Pleitearemos tratamento absolutamente isonômico entre os Procuradores que atuam em unidades da Capital e Procuradores que atuam em unidades descentralizadas, especialmente quando se trata da frequência em cursos transmitidos "on line", em que o Procurador de fora não mais recebe diárias. Incentivaremos, ainda, a ampliação e aperfeiçoamento dos programas de auxílio existentes, além da realização de atividades nas Procuradorias Regionais.

Suscitaremos o debate do perfil que deverá ser assumido pelo Centro de Estudos e pela Escola Superior diante da Administração Pública do Estado, que se desfez recentemente do seu principal centro de formação de servidores que era a FUNDAP. Entendemos que é possível o Centro de

Estudos expandir sua atuação além dos limites da PGE, mediante ajustes a serem firmados com as Secretarias de Estado e Autarquias, com repasse de recursos para custear as atividades que venham a ser desenvolvidas, aproveitando o quadro qualificado de procuradores, cujas atividades poderão ser remuneradas, nos termos previstos em lei.

12. Home office e Regime de Trabalho

É imperativo que o Conselho participe do debate a respeito da implantação do *Home Office* ou Teletrabalho no âmbito da PGE, sistema implantado com sucesso em várias outras instituições públicas, mas sob a perspectiva de que sua implantação, em hipótese alguma, poderá ser utilizada como pretexto para redução de estrutura ou diminuição de investimento em estrutura, ou mesmo precarização da posição institucional frente às demais carreiras e funções essenciais à Justiça.

13. Incremento do Fundo da Verba Honorária com novas fontes de receita

Iniciaremos o debate a respeito de novas fontes de receita para incrementar o fundo da Verba Honorária. Com o sucesso da arrecadação advinda do protesto das Certidões de Dívida Ativa, é necessário repensar essa principal fonte da nossa remuneração, sob pena de graves problemas futuros.

14. Natureza da Verba Honorária

Diante da modificação trazida pelo Novo Código de Processo Civil a respeito dos honorários, que é tratado como direito do Advogado Público, o Conselho deverá debater a legislação processual à vista das disposições que regem o Fundo da nossa Verba Honorária, buscando encontrar caminho jurídico seguro e que atenda aos anseios da Carreira.

15. Revisão da GAE e Verba Indenizatória

Novas hipóteses para pagamento da GAE devem ser propostas e adotadas, inclusive sob a perspectiva de contemplar hipóteses indenizatórias, quando exceder a limites máximos de padrões estabelecidos previamente.

16. Promoção automática, revisão do número de níveis e

alteração da distribuição da Verba Honorária

A promoção automática dos Procuradores ao final do estágio probatório, o escalonamento da carreira em três níveis e a alteração da distribuição da verba honorária, a fim de aproximar os níveis iniciais de seus paradigmas na Magistratura e no Ministério Público, são medidas que iremos propor e debater, pois são muito importantes para a estabilização do quadro de Procuradores.

17. Concurso de Promoção – Critérios

Enquanto não for alcançado um denominador comum a respeito dos critérios de avaliação para efeito de merecimento, o nosso compromisso é manter a praxe que existe há mais de vinte anos de atribuir nota máxima. No entanto, iremos convocar um amplo debate da carreira para colher as opiniões e sugestões a fim de que seja superado esse debate de maneira mais harmônica e justa.

18. Advocacia Plena (ou liberdade para advogar), Advocacia “Pro bono” e em causa própria

Embora se trate de um tema controvertido, é necessário institucionalizar o debate a respeito da advocacia plena ou liberdade de advogar. Esse é o nosso compromisso. Precisamos ouvir os argumentos dos que são contrários assim como daqueles que são favoráveis, na busca de um denominador comum. Devemos analisar cada uma das vertentes e possibilidades, como é o caso da advocacia “pro bono” e em causa própria.

19. Procedimento Administrativo Eletrônico

Todos os processos administrativos no âmbito da PGE, inclusive do Conselho, e de todos os órgãos do Estado devem passar a ser eletrônicos. Não mais se justifica a tramitação em papel. Estimularemos que a Administração do Estado ponha em prática o desenvolvimento de projeto nesse sentido, que trará economia ao Estado e racionalização dos serviços.

20. Plano Plurianual

No âmbito da Administração Pública, há a previsão de Plano Plurianual que corresponde, em síntese, ao Planejamento Estratégico da iniciativa privada.

No entanto, a metodologia para elaboração do Plano Plurianual acabou por amesquinhar os objetivos desse planejamento a médio prazo. É mais uma peça burocrática. Pretendemos transcender aos limites formais, convocando a Carreira a pensar a Instituição para além do presente, estabelecendo com precisão os objetivos que pretendemos alcançar nos próximos anos.

This email was sent to derlybarreto@terra.com.br

[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

Chapa Novos Tempos · Praça da Sé, s/n · Sao Paulo, Sp 01001-001 · Brazil

The MailChimp logo, featuring the word "MailChimp" in a white, cursive script font, centered within a dark gray rectangular background.